

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 07/2015 DE 17 DE ABRIL**

----- Aos **dezassete** dias do mês de **abril** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sétima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, Srs. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Nova Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva.** -----

----- O Sr. Presidente, no que foi corroborado pela Vereação, congratulou-se pela eleição da nova direção da Associação, desejando um mandato profícuo e tranquilo. ---

----- **b) Documentação para as reuniões camarárias.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira referiu da necessidade da documentação respeitante às reuniões camarárias ser entregue com a devida antecedência. -----

----- **c) Biblioteca Municipal.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação da Biblioteca Municipal, tendo este informado que a obra está concluída, havendo um diferendo entre o arquiteto projetista, Arq. Carlos Almeida Marques, e a firma adjudicatária VILDA, S.A., relativamente a alguns aspetos relativos nomeadamente à instalação elétrica e iluminação interior. -----

----- O mesmo Vereador recomendou ao Sr. Presidente que tenha firmeza e pulso sobre a situação para que a obra seja concluída nos termos projetados. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 20 de março de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária de vinte de março de dois mil e quinze. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- a) Empreitada de **“Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – Apreciação e votação da retificação ao auto de medição de trabalhos normais n.º 1, no valor, excluído o IVA, de € 17.937,99, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 02.01.2015, no sentido de constar a dedução de 5% para reforço de garantia, que no entanto foi deduzida aquando do pagamento do auto – Informação N.º 30-P/15, de 20-03.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a retificação do auto.--

----- b) Empreitada de **“Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – Apreciação e votação da retificação ao auto de medição de trabalhos normais n.º 2, no valor, excluído o IVA, de € 20.873,23, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 06.02.2015, no sentido de constar a dedução de 5% para reforço de garantia, que no entanto foi deduzida aquando do pagamento do auto - Informação N.º 10-P/15, de 20.03.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a retificação do auto.--

----- c) Empreitada de **“Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – Apreciação e votação da retificação ao auto de medição de trabalhos normais n.º 3, no valor, excluído o IVA, de € 12.350,89, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 20.02.2015, no sentido de constar a dedução de 5% para reforço de garantia, que no entanto foi deduzida aquando do pagamento do auto – Informação N.º 32-P/15, de 20.03.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a retificação do auto.--

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- d) Empreitada de **“Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 5, no valor, excluído o IVA de € 42.934,23 – Informação n.º 34-P/15, de 08.04.2015, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- e) Empreitada de **“Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** – Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. – apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 2, no valor, excluído o IVA, de € 40.159,50 – Informação N.º 33-P/15, de 01.04.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- f) Empreitada de **“Construção da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Processo N.º 150 – Adjudicatário: VILDA – Construção, S.A. – apreciação e votação da 2.ª Revisão de Preços, aferida tendo em atenção o acordo firmado com o adjudicatário aquando da adjudicação da empreitada, de que resulta um valor total, excluído o IVA, de € 4.254,27 – Informação n.º A-10/2015, de 09.04.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a revisão de preços e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- a) **Conhecimento da 2.ª e 3.ª Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara datados de 23 e 26 de março, respetivamente, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- b) **Apreciação e aprovação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do ano de 2015**, para submissão à Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de 2.ª Revisão às GOP e Orçamento, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação.-----

----- **c) Habitações do Bairro Social do Outeiro do Facho – Permuta de habitações entre inquilinos** – Informação n.º 03/2015, de 02.02.2015, do Gabinete Jurídico – Informação n.º 05/USC/15, de 12 de janeiro, e Informação n.º 01/SASS/15 de 8 de janeiro, do setor de ação social, da Unidade Social e Cultural - Apreciação e votação. -----

----- O Sr. Presidente teceu algumas considerações sobre a matéria, tendo o gabinete jurídico concluído pela possibilidade de permuta das habitações sociais, pelo que, dado haver acordo entre os inquilinos interessados, que são familiares entre eles, os herdeiros do falecido Alberto Gomes, que habitam no lote 30 da Rua Outeiro do Facho, de tipologia T3, passam para o lote 32, sito na mesma rua, de tipologia T2, e a Sr.<sup>a</sup> Carla Gomes Coelho e respetivos três filhos, que habitam no referido lote 32 passam para o lote 30. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento das informações e deliberou por unanimidade autorizar a permuta nos termos propostos.-----

----- **d) Cláudia Maria Pinto Gonçalves, de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento apresentado em 26 de Janeiro de 2015, requer o incentivo pecuniário municipal pelo nascimento do 3.º filho e seguintes – Informação n.º 29/USC/15, de 02.04.2015, da Unidade Social e Cultural. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento da informação e após algumas considerações, e de acordo com o editalizado por Edital de 23 de maio de 2007, deliberou por unanimidade atribuir o incentivo pecuniário no montante de mil euros pelo nascimento do terceiro filho.-----

----- O Sr. Presidente manifestou algumas reservas relativamente ao ano financeiro da declaração de rendimentos a apresentar.-----

----- **e) Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 227, registado em 09.03.2015, informam da realização das Jornadas Educativas nos dias 11 e 18 de Abril, e solicitam apoio financeiro para o efeito.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Dado o interesse das jornadas, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de duzentos e cinquenta euros.-----

----- **h) Proposta de aprovação de Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal e a Casa do Povo de Vila Nova de Paiva tendo em vista o incentivo ao desporto.** -----

----- Foi presente à reunião a minuta de protocolo, do seguinte teor integral:-----

“Entre:

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

• *PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA, pessoa coletiva territorial de direito público registada sob o número 506 809 323;e*

*SEGUNDO: CASA DO POVO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA, pessoa coletiva de direito privado registada sob o número 501 169 377, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos em 17 de abril de 1973, com sede no Lugar de Alto da Pedralva, freguesia e município de Vila Nova de Paiva, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública e registada como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em 14 de maio de 1999 pela inscrição n.º 117/99 na então Direção Geral da Ação Social, conforme Declaração emitida em 16 de dezembro de 1999 publicada na 3.ª Série do Diário da República n.º 3, de 5 de janeiro de 2000, aqui representada pelo senhor ....., NIF ....., residente na qualidade de ..... da Associação, adiante designada de Casa do Povo ou Segundo Outorgante;*

*Considerando que:*

*a) A Casa do Povo do Concelho de Vila Nova de Paiva tem vindo a desenvolver uma dinâmica apreciável no âmbito do fomento da prática desportiva na área do Município de Vila Nova de Paiva, através do fomento da prática do futsal e futebol nas camadas jovens, infantis e benjamins;*

*b) A Casa do Povo é um dos núcleos fundamentais do desenvolvimento desportivo local e um agente desportivo incontornável na dinamização do futebol a nível local e distrital;*

*c) A Casa do Povo está a desenvolver um projeto de iniciação e dinamização do futsal e futebol de 7 nas camadas jovens.*

*d) De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º da Lei de Bases da Atividade Física e Desportiva (LBAFD) aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, incumbe também às autarquias locais promoverem o desenvolvimento da atividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas.*

*e) A Câmara Municipal tem, por sua vez, entre as respetivas competências materiais, a de apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*f) A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, na sua reunião ordinária que teve lugar no dia .... de abril de 2015 aprovou a minuta do presente protocolo de cooperação e autorizou a realização da despesa a ele inerente.*

*É celebrado, livremente e de boa-fé o presente protocolo de cooperação, que se regerá pelas cláusulas seguintes:*

*Cláusula 1.ª*

*Objeto*

*Constitui objeto do presente protocolo a concessão de uma comparticipação financeira que se destina ao suporte das atividades desportivas desenvolvidas pelo Segundo outorgante na época desportiva de 2014/2015 no âmbito da designada Escola de Futebol, conforme Programa anexo ao presente protocolo, com vista ao desenvolvimento desportivo e das capacidades psicomotoras de jovens entre os 5 e os 14 anos.*

*Cláusula 2.ª*

*Período de execução do programa*

*O prazo de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente protocolo termina em 31 de julho de 2015.*

*Cláusula 3.ª*

*Comparticipação financeira*

*1. A comparticipação financeira a prestar pelo Primeiro outorgante ao Segundo outorgante para prossecução do objeto do presente protocolo é no montante de € 15.000,00 (quinze mil euros).*

*2. O pagamento da comparticipação será efetuado por tranches de acordo com a disponibilidade financeira do Município.*

*3. A alteração dos fins a que se destina a verba prevista neste contrato só poderá ser feita mediante deliberação camarária, com base numa proposta fundamentada do Segundo outorgante.*

*Cláusula 4.ª*

*Disponibilização da comparticipação*

*1. A primeira tranche da comparticipação referida na cláusula anterior, no valor de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), será disponibilizada em final do mês de abril, e o valor remanescente da comparticipação será pago em três prestações mensais iguais e sucessivas, no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), a partir do próximo mês de maio.*

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*2. O Segundo outorgante deverá apresentar previamente ao Primeiro outorgante o respetivo documento de despesa com menção da tranche a que se refere e com indicação do respetivo número de compromisso.*

*Cláusula 5.ª*

*Obrigações do Segundo outorgante*

*São obrigações do Segundo outorgante:*

*a) Fomentar gratuitamente a prática do Desporto no Município de Vila Nova de Paiva, através da formação de crianças e jovens nas várias modalidades de Futebol;*

*b) Fomentar a formação e competição nas respetivas modalidades;*

*c) Disponibilizar os respetivos recursos humanos e materiais para iniciativas organizadas ou apoiadas pelo Município de Vila Nova de Paiva;*

*d) Garantir a promoção e divulgação do Município de Vila Nova de Paiva em todas as suas atividades e representações.*

*Cláusula 6.ª*

*Incumprimento das obrigações*

*1. O incumprimento, por parte do Segundo outorgante, das obrigações previstas na cláusula anterior implica a suspensão das participações financeiras do Primeiro outorgante.*

*2. Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante não tenham sido aplicadas na competente realização do programa desportivo, o Segundo outorgante obriga -se a restituir ao Primeiro outorgante, os montantes não aplicados e já recebidos.*

*Cláusula 7.ª*

*Obrigações do Primeiro outorgante*

*São obrigações do Primeiro outorgante:*

*a) Prestar apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades que constituem incumbência da Casa do Povo, mediante o pagamento da participação prevista na Cláusula 3.ª;*

*b) Conceder à Casa do Povo, na organização pontual de iniciativas desportivas, o apoio humano e logístico necessários;*

*c) Assegurar o transporte, sempre que possível, nas deslocações para os jogos das competições em que a Casa do Povo esteja envolvida, no âmbito do objeto do presente protocolo;*

*d) Assegurar a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal e do Estádio Municipal da Pedralva para as sessões de treino, nos seguintes horários, conforme Programa anexo:*

<i>Segunda-feira</i>	<i>Terça-feira</i>	<i>Quarta-feira</i>	<i>Quinta-feira</i>	<i>Sexta-feira</i>
<i>Estádio Municipal da Pedralva</i>	<i>Pavilhão Desportivo Municipal</i>	<i>Estádio Municipal da Pedralva</i>	<i>Estádio Municipal da Pedralva</i>	<i>Pavilhão Desportivo Municipal</i>
<i>Sub-11/10/9 17h00 às 19h00 2004/2005/2006</i>	<i>Sub-8/7/6 17h30 às 19h00 2007/2008/2009</i>	<i>Sub-11/10/9 17h00 às 18h15 2004/2005/2006</i>	<i>Treino Específico GR 17h15 às 18h30</i>	<i>Sub-9 17h00 às 18h00 2006</i>
<i>Sub-13 17h45 às 19h30 2002/2003</i>		<i>Sub-11/10/9 17h00 às 18h15 2004/2005</i>		<i>Sub-6/5 18h00 às 19h00 2009/2010</i>
		<i>Sub-13 17h45 às 19h30 2002/2003</i>		<i>Sub-8/7 19h00 às 20h00 2007/2008</i>

#### *Cláusula 8.ª*

##### *Revisão do contrato*

*O presente protocolo pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes.*

#### *Cláusula 9.ª*

##### *Vigência do protocolo*

*O presente protocolo de cooperação entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de julho de 2015.*

#### *Clausula 10.ª*

##### *Disposições finais*

*Os litígios emergentes da execução do presente protocolo serão resolvidos por consenso entre as partes.*

*O encargo do presente protocolo é no montante de € 15.000,00 (quinze mil euros), salvo alterações que venham a ser introduzidas, encontrando-se previsto nas Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor sob o código 2/252/2003/104, estando dotado para o exercício de 2015 na rubrica orçamental abaixo indicada, e comprometida com o número sequencial de Compromisso n.º ...../2015, nos termos*



Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), conforme Informações de Cabimento e de Compromisso datadas de ..... da Divisão de Administração e Finanças:*

*– Classificação Orgânica – 01.02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais*

*– Classificação Económica – 04.07.01 – Transferências correntes/Instituições sem fins lucrativos/Instituições sem fins lucrativos.*

*Escrito em cinco folhas de uma face, foi lido e achado conforme pelas partes, e vai rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada outorgante.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo acima transcrita.-----

----- **i) Proposta de aprovação do Memorando de Adesão do Município de Vila Nova de Paiva ao Programa Aproximar, a celebrar com o Estado Português,** tendo em vista a instalação da Loja do Cidadão de Vila Nova de Paiva, a instalação de Espaços do Cidadão e a implementação de Carrinhas do Cidadão na CIM Viseu Dão Lafões, bem como o enquadramento e promoção da mobilidade em transporte flexível a pedido, no âmbito do Programa Portugal Porta-a-Porta, no território de Vila Nova de Paiva. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do memorando.-----

----- **j) Proposta de aprovação do Protocolo que define os termos e condições da instalação e da gestão da Loja do Cidadão de Vila Nova de Paiva, no âmbito do Programa Aproximar, bem como as obrigações das Partes,** a celebrar entre a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P., e o Município de Vila Nova de Paiva, a Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Instituto da Segurança Social, I.P.. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo.

----- **k) Proposta de aprovação de Protocolo a celebrar entre a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e o Município de Vila Nova de Paiva,** que define as regras para a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão e o seu respetivo funcionamento no concelho de Vila Nova de Paiva, bem como os serviços a prestar. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo.

----- **l) Contratação de apólices de seguros diversas para o Município de Vila Nova de Paiva –** Decisão de contratar e decisão de escolha do procedimento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento de que irá ser desencadeado procedimento de concurso público, com preço base de cento e quarenta e um mil euros, válido por três anos, tendo em vista a contratação de apólice de seguros para os ramos, nomeadamente, de acidentes de trabalho, acidentes pessoais, responsabilidade civil automóvel e de riscos patrimoniais, após revisão e atualização da situação do Município a nível de seguros.-----

----- **m) Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de Vila Nova de Paiva** do exercício de 2014 no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por contrato celebrado em 12 de janeiro de 2015 com a firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na lista de Revisores Oficiais de Contas da OROC sob o n.º 92 – Proposta de nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa para as Contas do Município de Vila Nova de Paiva do ano de 2015 no âmbito do disposto nos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de abril de 2015, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 19 de dezembro de 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º do regime financeiro das autarquias locais (doravante RFAL) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pelas Declaração de Retificação n.ºs 46-B/2013, de 1 de novembro, e 50-C/2013, de 11 de novembro, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 21 de novembro de 2014, nomeou a firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na lista de Revisores Oficiais de Contas da OROC sob o número 92, com sede na Rua do Loreto, n.º 120, Sobreloja, 5300-189 Bragança, matriculada sob o número 502 525 410, como Auditora Externa das Contas do Município de Vila Nova de Paiva para o ano de 2014 no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei;*

*b) Em consequência foi celebrado em 12 de janeiro de 2015 o respetivo contrato de prestação de serviços de auditoria externa, que se rege nomeadamente pelas disposições dos artigos 53.º e seguintes do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro,*

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto.*

*c) A adjudicação embora válida pelo período de um ano a contar do primeiro dia do mês seguinte ao da nomeação da SROC pela Assembleia Municipal, foi feita para a auditoria externa das Contas do Município o ano de 2014.*

*d) É legalmente admissível a prorrogação do contrato de prestação de serviços, até ao limite máximo de três anos, ao abrigo do art.º 440.º do CCP, por remissão do art.º 451.º do mesmo código.*

*e) A adjudicação foi feita pelo preço contratual de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a que acrescem € 1.242,00 (mil duzentos e quarenta e dois euros) correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 23%, o que totaliza a importância de € 6.642,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros), sem prejuízo da sua eventual atualização.*

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, para submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, delibere aprovar a presente proposta de nomeação da firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa das Contas do Município para o ano de 2015, no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei, prorrogando-se o contrato de prestação de serviços por mais um ano.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **n) Horácio Manuel de Sousa Leal**, de Vila Nova de Paiva, trabalhador com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a categoria de Assistente Operacional, da carreira geral de assistente operacional – Por requerimento registado em 7 de abril de 2015 adere ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro – Proposta de autorização para celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, tendo em vista a extinção do posto de trabalho. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 14 de abril de 2015, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*a) O n.º 5 do art.º 296.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em vigor desde 1 de agosto de 2014, prevê a possibilidade de serem regulamentados programas setoriais de redução de efetivos, por recurso à celebração de acordo de cessação de*

*contrato, mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e do membro do Governo que exerça poderes de tutela.*

*b) Através da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, entrada em vigor em 15 de outubro de 2014, foi regulamentado o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração local, designado por Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local (doravante Programa).*

*c) Os trabalhadores interessados que satisfaçam as condições de admissibilidade ao Programa devem apresentar o respetivo requerimento de adesão no período compreendido entre 15 de outubro de 2014 e 30 de junho de 2015.*

*d) Podem aderir ao Programa todos os trabalhadores da Administração Local que, em 14 de outubro de 2014, não se encontrassem a aguardar decisão de pedido de aposentação ou de reforma antecipada ou não se encontrassem numa situação de licença sem remuneração por período igual ou superior a 12 meses, e que reúnam no momento de adesão ao Programa, cumulativamente, as seguintes condições: (i) tenham idade igual ou inferior a 59 anos, (ii) sejam detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e (iii) se encontrem pelo menos a cinco anos de atingir o limite de idade legal para aposentação que em cada caso lhes seja aplicável.*

*e) Pela rescisão do contrato de trabalho é atribuído aos trabalhadores uma compensação que é aferida pelas condições de remuneração e suplementos remuneratórios reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação, sendo para o efeito considerada como idade relevante a detida pelo trabalhador à data de entrada do requerimento de adesão, e como tempo de trabalho relevante cada ano completo de antiguidade, independentemente da respetiva modalidade de relação jurídica de emprego público (com exclusão tempo de serviço que já tenha sido objeto de indemnização por cessação do contrato de trabalho), sendo calculado proporcionalmente em caso de fração de ano.*

*f) A compensação está isenta de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, dado não haver direito a prestações por desemprego, pelo facto da celebração do acordo de cessação do vínculo de emprego público por mútuo acordo previsto no artigo 295.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não configurar uma situação de desemprego involuntário caracterizável nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.*

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

g) *Há lugar ao pagamento de IRS sobre o valor da diferença entre a compensação calculada nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014 e a compensação que o trabalhador receberia caso a regra a aplicar fosse de um salário (remuneração base mais suplementos remuneratórios regulares, se existissem) por cada ano de antiguidade, como resulta da aplicação conjugada da alínea e), do n.º 3, e n.ºs 4 a 7, do artigo 2.º do Código do IRS. A compensação será taxada na totalidade nos casos em que o trabalhador tenha beneficiado de exclusão da tributação por IRS nos últimos 5 anos, ou venha a estabelecer novo vínculo laboral com o Município nos 24 meses seguintes à rescisão do contrato.*

h) *Não há lugar a desconto para a ADSE sobre o valor da compensação, podendo o trabalhador beneficiário da ADSE optar por manter a qualidade de beneficiário, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 161/2013, de 22 de novembro, estando dependente do pagamento do mesmo montante que qualquer trabalhador em funções públicas, tendo por referência a remuneração auferida no mês anterior à data de cessação de funções.*

i) *No mês da cessação do contrato, para além da respetiva remuneração mensal e da compensação a pagar no âmbito do programa de rescisões, são ainda devidos aos trabalhadores os créditos resultantes da cessação do contrato de trabalho previstos no art.º 245.º do Código do Trabalho, por força da remissão operada pela alínea h) do art.º 4.º e n.º 1 do artigo 122.º, ambos da LTFP (remuneração por férias não gozadas e respetivo subsídio de férias).*

j) *Em conformidade com o art.º 11.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, conjugado com o n.º 4 do artigo 296.º da LTFP, a aceitação da rescisão impede o trabalhador de constituir nova relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestações de serviços com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso.*

k) *Ora por requerimento registado em 7 de abril de 2015 o trabalhador Sr. Horácio Manuel de Sousa Leal aderiu ao Programa.*

*l) O trabalhador, nascida a 10 de outubro de 1966, é detentor de vínculo de emprego público com o Município conferido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, estando integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, a tempo inteiro, sendo remunerado com base no montante pecuniário correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 2, da respetiva tabela remuneratória única da categoria de assistente operacional, auferindo atualmente uma remuneração base mensal ilíquida no montante de € 532,08 (quinhentos e trinta e dois euros e oito cêntimos), não lhe acrescendo quaisquer suplementos remuneratórios nem lhe sendo aplicáveis quaisquer reduções remuneratórias, ocupando um posto de trabalho no Mapa de Pessoal em vigor afeto à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).*

*m) Conforme processos individuais e de acordo com o informado pelos serviços municipais competentes:*

- *A taxa de bonificação a considerar é de 1,50, face à respetiva idade relevante aferida à data de registo do requerimento de adesão (48 anos);*
- *O tempo de trabalho relevante corresponde ao período de 1 de junho de 2004 a 7 de abril de 2015, o que totaliza 10 anos e 313 dias de antiguidade;*

*n) A compensação a atribuir, aferida pelas condições remuneratórias que o trabalhador reúne a 7 de abril de 2015, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, é a indicada no quadro seguinte, determinada nos seguintes termos:*

<i>Idade relevante (anos)</i>	<i>Tempo de serviço relevante</i>		<i>Taxa de bonificação</i>	<i>Remuneração base</i>	<i>Remuneração base a considerar</i>	<i>Compensação a atribuir (1)</i>
	<i>Anos</i>	<i>Dias</i>				
<i>48</i>	<i>10</i>	<i>313</i>	<i>1,50</i>	<i>€ 532,08</i>	<i>€ 532,08</i>	<i>€ 8.665,99</i>

$$\begin{aligned} \text{Compensação} &= 1,50 \times \text{remuneração base} \times \text{tempo de trabalho relevante} \\ &= 1,50 \times € 532,08 \times 10,858 = € 8.665,99 \end{aligned}$$

*Obs.: 313 dias:365 dias = 0,858, que acresce aos 10 anos.*

*o) A compensação definitiva é aferida pelas condições de remuneração reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação.*

Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo da alínea a) do art.º 7.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro:*

*1.º) Autorizar a celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a consequente extinção do respetivo posto de trabalho, com atribuição de uma compensação no valor de € 8.665,99 (oito mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), aferida pelas condições remuneratórias reunidas pelo trabalhador a 7 de abril de 2015, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, sendo o valor da compensação definitiva aferido pelas condições de remuneração reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação.*

*2.º) Aprovar a minuta do acordo de extinção de vínculo de emprego público anexo a celebrar com o trabalhador.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, e autorizar a celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, devendo o trabalhador ser notificado nos termos do n.º 5 do art.º 10.º da Portaria n.º 290/2014, para, querendo, aceitar a proposta de rescisão no prazo de 10 dias úteis. -----

----- **o) Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** – Por ofício datado e registado em 23 de março solicitam apoio financeiro e transporte para viagem de estudo dos alunos do 4.º ano do 1.º CEB de visita ao Sea Life e ao World of Discoveries, na cidade do Porto, a realizar no próximo mês de maio.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de trezentos euros e autorizada a concessão de transporte.-----

----- **p) Autorização da Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2015.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 14 de abril de 2015, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*1. A Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), inscreve no n.º 1 do artigo 50.º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria, devendo ser amortizado até ao final do exercício.*

*2. O n.º 2 do mesmo artigo 50.º do RFALEI permite, que na sessão anual de aprovação do orçamento municipal, seja deliberado pela assembleia municipal, a*

*aprovação de todos os empréstimos de curto prazo que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.*

*3. O RFALEI não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e em médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos, aferidos a 31 de dezembro de cada ano, por confronto com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

*4. Atento a esta disposição será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função – gestão de tesouraria – e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, sempre, a necessidade, desde logo, por força de lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar.*

*5. De harmonia com a alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as retificações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, compete à assembleia municipal a autorização de contratação de empréstimos, sob proposta da câmara municipal nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL.*

*6. Nos termos do artigo 49.º, n.º 5, do RFALEI “o pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município”, sendo certo que, face ao inscrito no n.º 4, não é necessária tal demonstração de capacidade de endividamento.*

*7. Foi feita a avaliação dos meios necessários a uma boa gestão de tesouraria até final do ano de 2015, tendo-se concluído pela conveniência em assegurar uma linha de curto prazo até ao montante máximo de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), tendo por meu Despacho de 31 de março de 2015, anexo à presente proposta, sido efetuada uma consulta à banca e analisadas as propostas recebidas de três entidades bancárias, conforme Relatório, datado de 14 de abril de 2015, da Comissão de Avaliação das propostas de crédito, que se anexa à presente proposta, sumariando-se neste as condições fundamentais de contratação que se perspetiva necessária.*



Ata N.º	07/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

8. *Da análise feita resulta que a proposta mais favorável ao Município é a apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, como resulta patenteado no Relatório supra mencionado.*

*Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:*

*1.º) Nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e respetivas declarações de retificação, ratificar o meu Despacho de 31 de março de 2015 de autorização de consulta à banca.*

*2.º) Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do mesmo Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico:*

*i) Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2015, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca e patenteada no Relatório da Comissão de Avaliação das propostas, com prazo máximo até 31 de dezembro de 2015, estando submetido ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.*

*ii) Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme Relatório de Avaliação anexo, para o montante solicitado de quatrocentos mil euros, com um indexante correspondente à EURIBOR a 1 mês, acrescida de um spread de 1,19%, com isenção de quaisquer comissões, sendo que a taxa de juro nominal ficará limitada ao valor mínimo de 1,19%.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

----- Eram doze horas e quarenta minutos quando o Sr. Presidente interrompeu a reunião e a respetiva ordem do dia, propondo, dado o facto da maioria dos membros do Executivo ter assuntos inadiáveis para tratar da parte da tarde, e também os Srs. Vereadores Carlos Mota e Cristóvão Ferreira terem manifestado necessitar de mais tempo para análise da Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2014, realizar uma **reunião extraordinária** na próxima segunda-feira, dia **20 de abril**, pelas **11h00**, no Salão Nobre dos Paços do Município, tendo o Executivo acordado, por unanimidade,

